

## **Projeto de Lei 37/2021**

AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE BEM  
IMÓVEL DO MUNICÍPIO PARA INSTALAÇÃO DE  
INDÚSTRIA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 131, § 1º, c/c art. 129, § 1º, ambos da Lei Orgânica do Município a promover a concessão de direito real de uso de um imóvel pertencente ao patrimônio municipal, para a instalação da empresa **"ECOLOG GESTÃO E SERVIÇO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.147.121/0001-80.

**§ 1º.** O imóvel a ser concedido consiste num terreno público municipal com área de 10.000,00 m², localizado no lugar denominado "Milho Branco", neste município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andrelândia sob a matrícula nº 13.667, fl. 09 do livro 2U-2.

**§ 2º.** A concessão de uso ora autorizada será celebrada mediante contrato entre o Município e a empresa concessionária, e terá duração de 05 anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

**Art. 2º.** O imóvel objeto da concessão de uso destina-se exclusivamente à implantação, pela empresa beneficiária, de uma indústria voltada ao gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e industriais, na forma da carta de intenção, conforme anexo I desta lei.

**Parágrafo único.** O projeto de implantação da unidade produtiva da concessionária deverá ser previamente submetido à aprovação do Município, observadas as normas de segurança, urbanísticas e ambientais.

**Art. 3º.** A concretização e a manutenção da concessão autorizada por esta lei fica condicionada ao cumprimento, pela concessionária, das seguintes condições e contrapartidas:

I – Construção de suas instalações e início efetivo do funcionamento da fábrica no prazo de até 03 meses, a contar da data da publicação desta lei;

II – Constituição jurídica formal da empresa com sede no município de Bom Jardim de Minas, seja sua matriz ou constituindo uma filial;

III – Obrigação de gerar e manter, no empreendimento a ser instalado no imóvel, pelo menos 05 empregos diretos, durante todo o período de vigência da concessão, utilizando-se preferencialmente de mão-de-obra nativa ou previamente residente no município de Bom Jardim de Minas;



IV – Observância do projeto de implantação da unidade industrial previamente aprovado pelo Município, observando as normas urbanísticas e ambientais.

**Parágrafo único.** A obrigação de que trata o inciso III deverá ser cumprida e comprovada a partir do 6º (sexto) mês contado a partir do início de funcionamento da unidade.

**Art. 4º.** Serão de responsabilidade integral e exclusiva da concessionária a preparação e adaptação do imóvel para seu funcionamento, bem como o pagamento das tarifas decorrentes de suas atividades, tais como o consumo de energia elétrica, água, telefone e outras, cujas faturas deverão ser emitidas em seu nome.

§ 1º. A concessionária poderá realizar no imóvel as obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência e licença urbanística do poder público municipal.

§ 2º. Os investimentos realizados pela concessionária não serão indenizados pelo Município, incorporando-se ao imóvel.

§ 3º. Caberão à concessionária todos os ônus e encargos relativos à conservação e manutenção do imóvel.

**Art. 5º.** Caberá ao concessionário a integral responsabilidade pela conservação e defesa da posse do imóvel concedido em face de terceiros, sendo-lhe vedado transferir, locar, arrendar ou ceder o imóvel para terceiros, a qualquer título.

**Art. 6º.** A concessão de uso será extinta antes do término de sua vigência, e o imóvel revertido à posse do Município, caso o concessionário incorra em qualquer das seguintes condutas:

I – Descumprimento das condições e contrapartidas estabelecidas no art. 3º;

II – Falência da concessionária;

III – Encerramento das atividades para as quais é destinado o imóvel (art. 2º);

IV – Mudança da atividade desenvolvida, sem aprovação do Município;

V – Paralisação ou suspensão das atividades produtivas por prazo superior a 90 (noventa) dias;

VI – Transferência ou cessão do imóvel ou das suas instalações para terceiros, seja a título provisório ou definitivo (locação, arrendamento, venda, permuta, etc).

§ 1º. Antes de declarar a extinção da concessão, o poder público notificará o concessionário para sanar a irregularidade ou manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as razões que a tenham motivado. Apresentada justificativa,







**Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas**

CEP: 37.310-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18 684 217/0001-23

será analisada e decidida no prazo de 10 (dez) dias pelo Prefeito Municipal.


**§ 2º.** Confirmada a extinção da concessão, inclusive quando não houver manifestação da concessionária no prazo assinalado no § 1º, a decisão será comunicada à mesma, fixando-se-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para desocupar e entregar o imóvel, observado o disposto no artigo 8º.

**Art. 7º.** O Município poderá, a qualquer tempo, revogar a presente concessão por motivo de interesse público devidamente justificado, mediante notificação ao concessionário com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, observando-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 6º.

**Art. 8º.** No caso de extinção ou revogação da concessão, o imóvel reverterá ao patrimônio municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, facultando-se à concessionária retirar as benfeitorias por ela implantadas e que possam ser removidas sem prejudicar o imóvel, e não lhe gerando direito algum de indenização ou ressarcimento quanto às demais, que serão incorporadas ao patrimônio público.

**Art. 9º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim de Minas,

  
Joaquim Laercio Rodrigues  
Prefeito Municipal

**MENSAGEM/JUSTIFICATIVA DE LEI**

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Srs. Vereadores,


Apresento a Vossas Excelências o presente projeto de lei que autoriza a cessão de frações do imóvel denominado Milho Branco, conhecido como Usina de Reciclagem, de propriedade do Município de Bom Jardim de Minas, para a instalação de indústria.

O presente projeto é mais um marco na história econômica e no desenvolvimento de nosso Município, tendo em vista a possibilidade de crescimento e progresso econômico através com as possibilidades de trabalho que já surgem com a propostas apresentadas pela Empresa ECOLOG que deve ser considerado de forma a visionar toda gama de trabalho indireto e seus múltiplos efeitos na vida social e econômica-do Município, além e especialmente ambiental.

O imóvel encontra-se em desuso, devendo ser dado destinação social e ambiental ao mesmo que fora adquirido pelo Município para esta finalidade, ademais a Empresa pretendente desenvolve trabalho voltado a coleta de resíduos, conforme carta de intenção anexa ao projeto de lei.

O projeto encontra agasalho na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Legislação Municipal, após aprovação desta Casa que novamente é convidada a fazer uma nova história em Bom Jardim de Minas. Seu conteúdo material também é constitucional, não merecendo, *data venia*, ser rejeitado.

Assim, solicito a apreciação e consequente aprovação, em caráter de urgência.

  
Joaquim Laercio Rodrigues

Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas